

SOC. 29

2008



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de sociologia

Estratégias de Segurança Social do sector Cooperativo Agro-pecuário - O caso da Associação Cooperativa Kocolino de Munguine em Manhica

Dissertação

Elaborado por: Miguel Lázaro Marrengula

Supervisor: Prof. Doutor Samuel Quive

**Co- Supervisores: dra. Sónia Nhamtumbo Divage
dra. Anna Metteri**

**Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos parciais para a
obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia**

Maputo, Julho de 2006



Índice

Cap. Conteúdo	Pags.
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. <i>Objecto de estudo</i>	2
1.3. <i>Hipóteses</i>	3
1.4. <i>Objectivos</i>	3
1.4.1. <i>Geral</i>	3
1.4.2. <i>Específicos</i>	4
1.5. <i>Justificativa do estudo</i>	4
1.6. <i>Contextualização</i>	6
1.6.1. <i>Segurança Social</i>	6
1.6.2. <i>Cooperativismo</i>	8
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	11
2.1. O conceito de Cooperativa.....	11
2.2. <i>Em torno do "network approach" e o capital social</i>	14
2.2.1. <i>O conceito de Capital Social</i>	15
2.3. <i>Abordagem sobre segurança social da OIT</i>	18
2.3.1. <i>O conceito de Segurança Social</i>	18
2.4. <i>Modelo de análise</i>	21
2.4.1. <i>O sistema formal de segurança social</i>	24
2.4.2. <i>Cobertura da segurança social formal em Moçambique</i>	26
2.4.3. <i>O capital social, solidariedade social e Sistemas informais de segurança social</i>	30
Metodologia.....	32

3.1. <i>Revisão da literatura</i>	32
3.2. <i>Entrevistas</i>	33
3.3. <i>Limitações metodológicas</i>	34
3.4. <i>Delimitação do estudo</i>	34
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	36
4.1. <i>A comunidade de Munguine- Manhiça</i>	36
4.2. <i>A associação cooperativa agro-pecuária Kocolino em Munguine- Manhiça</i>	37
4.2.1. <i>Estrutura interna</i>	38
4.2.2. <i>Capital financeiro e actividades económicas</i>	39
4.2.3. <i>Contratação do pessoal</i>	40
4.2.4. <i>Relação com outras instituições</i>	41
4.3. <i>Sistemas formais de segurança social na Associação</i>	41
4.4. <i>Capital Social, Solidariedade comunitária e estratégias de Segurança social</i>	42
4.5. <i>Considerações finais</i>	49
4.6. <i>Conclusões</i>	52
4.7. <i>Referências bibliográficas</i>	54
4.8. <i>Anexos</i>	57

Declaração de Honra

A presente Dissertação foi aprovada em conformidade com o regulamento de avaliação em vigor na Universidade Eduardo Mondlane com a nota de _____
(_____) valores.

O Presidente do Juri

O Oponente

O Supervisor

Maputo, _____ de Julho de 2006

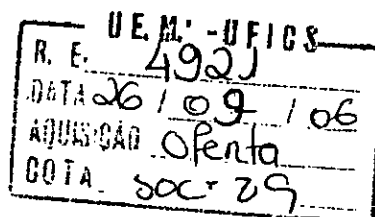
Declaração de Honra:

Eu, Miguel Lázaro Marrengula, declaro por minha honra que o presente trabalho de dissertação de Licenciatura em Sociologia, nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer outro grau, e que constitui resultado da minha investigação pessoal, estando no texto e na bibliografia as fontes utilizadas para torná-lo possível.

O estudante

Miguel Lázaro Marrengula

Junho de 2006



Dedicatória

Para:

Nesse, Kyra, Sházia e meus pais Maria e Lázaro

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de inúmeras contribuições, cuja innumeração ultrapassa as capacidades deste espaço concedido para tal. No entanto, gostaria de expressar a minha imensa gratidão aos meus supervisores, prof. Dr, Samuel Quive, Dra. Sónia Nhantumbo e Dra. Anna Metteri, pela inavaliável assistência e apoio que se dignaram me conceder durante a concepção, realização e conclusão deste trabalho.

Às professora Anna Metteri e Sónia Nhantumbo Divage, que não apenas sacrificaram seu trabalho e tempo de modo a me conceder assistência académica, como também constituíram um forte suporte moral, e psicológico, através dos seus conselhos, conversas de compreensão, endereço o meu inteiro agrado.

À Direcção da UNAC- União Nacional dos Camponeses, pelo suporte técnico disponibilizado em me facilitar o acesso a dados sobre o meu estudo manifesto a minha gratidão.

Ao senhor José Catarino, um especial agradecimento, pelo tempo que me dispôs em me levar até ao local do estudo e pelo seu apoio moral.

Aos membros da Associação Cooperativa Kocolino, vai o meu inteiro kanimambo, pela sua disposição em fornecer informações.

À sétima geração da UFICS, actualmente FLECS, o meu mais profundo obrigado pelo apoio mora durante esta tão longa batalha.

Finalmente, agradecer á minha família pela paciência que tiveram, pelo apoio moral e psicológico durante a realização deste trabalho.

Miguel Lázaro Marrengula

Resumo

O presente trabalho tem como objectivo último, analisar as estratégias de segurança social levadas a cabo pelos actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário para se protegerem dos incidentes do dia a dia, dada a falta de cobertura dos sistemas formais de segurança social moçambicanos.

Neste trabalho dá-se enfoque à Associação Cooperativa Agro-pecuária Kocolino de Munguine em Manhiça na província de Maputo que constitui o nosso estudo de caso, daí que os resultados aqui apresentados dizem respeito especificamente à realidade das estratégias de segurança social usadas pelos membros, activistas e associados para se protegerem das possíveis eventualidades do seu quotidiano.

As metodologias adoptadas para esta pesquisa, resumiram-se em leituras de bibliografias disponíveis sobre o assunto e entrevistas abertas e semi-estruturadas dirigidas especialmente aos membros da Associação Cooperativa Agro-pecuária Kocolino no entanto, contribuíram para maior aprofundamento do estudo os habitantes da região de Munguine em Manhiça.

O estudo bibliográfico e o trabalho de campo levado a cabo, permitiu-nos compreender que o capital social e a solidariedade comunitária, constituem elemento fundamental nas estratégias de segurança social, o que garante de certa forma a existência de fortes redes de apoio e de solidariedade sustentadas pelas relações de confiança, de ajuda mútua, vizinhança, normas e valores sociais e manifestam-se pelas contribuições comunitárias em situações de crise. As contribuições comunitárias garantem a segurança social nos seguintes moldes: Protecção contra riscos similares, Suporte material e Suporte Moral. Outras práticas ligadas às redes de solidariedade social e baseadas no capital social são: "Xitique"¹, "Xitoco, Ntsima"², "Kurhimelana"³.

Em geral os sistemas de segurança social formais são inexistentes para os residentes da comunidade de Munguine e para os associados da Associação Cooperativa Kocolino por razões diversas sendo algumas: a escassez de informação a

¹ Contribuições monetárias entre dois ou mais membros de um grupo baseadas nas relações de amizade, confiança e solidariedade entre os membros, obedecendo uma lógica de rotatividade.

² Formas de ajuda em que um ou mais indivíduos tomam uma parcela de terra para o seu cultivo em troca de valores monetários ou bens de consumo. O processo de contratação depende do grau de conhecimento e de confiança entre os intervenientes.

³ Um sistema de ajuda entre os camponeses em que de forma rotativa cultivam terras de cada um dos membros do grupo. Esta prática não implica trocas monetárias.

esse respeito, inexistências de salários permanentes para os membros e trabalhadores bem como a falta de registo dos mesmos, prática de trabalhos sazonais e a própria insuficiência salarial para cobrir tais necessidades.

ACRÓNIMOS

EGEFE - Estatuto Geral dos Funcionários do aparelho do Estado

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique. Partido Político

INE - Instituto Nacional de Estatística

INSS - Instituto Nacional de Segurança Social

MAE - Ministério da Administração Estatal

MMCAS - Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social

OIT - Organização Internacional de Trabalho

ONG's - Organizações Não Governamentais

PRE - Programa de Reajustamento Económico

PRES - Programa de Reajustamento Económico e Social

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de protecção não é prática do mundo contemporâneo. “Desde épocas remotas as pessoas têm sempre procurado proteger-se a si e aos seus dependentes, (familiares e os seus mais próximos), com o objectivo de proporcionar-lhes um bem estar social. Assim, elas têm procurado encontrar sistemas baseados no princípio de solidariedade mútua, afim de poder enfrentar as diferentes dificuldades que a vida apresenta” (Quive & Patricio, 2005:1).

Por esta razão, a questão da Segurança Social tem sido, desde tempos remotos, objecto de preocupação do governo e da sociedade civil no geral.

O presente ensaio tem como objectivo fundamental analisar as estratégias de segurança social adoptadas pelos actores sociais do sector agro-pecuário de Moçambique, dando maior enfoque para a Associação Cooperativa agro-pecuária Kocolino de Munguine.

Ao longo deste trabalho, procuramos desenvolver uma leitura das práticas de segurança social tendo em consideração o contexto socio-económico dos “trabalhadores”, membros e activistas da associação cooperativa agro-pecuária Kocolino. Este trabalho está organizado em 4 capítulos distribuídos da seguinte forma:

O capítulo I constitui a nossa introdução à temática em estudo e apresenta o objecto de estudo do presente trabalho, identifica os principais pontos de debate, apresenta os objectivos do trabalho, e uma breve apresentação do contexto da nossa abordagem.

O capítulo II apresenta as posições teóricas sobre a cooperativa e a segurança social em Moçambique na actualidade bem como a definição dos conceitos chaves do presente estudo culminando com o desenho do modelo de análise usado no trabalho através de uma discussão em torno da bibliografia disponível sobre o assunto;

O capítulo III é referente à metodologia utilizada para tornar efectivo este trabalho bem como as técnicas, limitações metodológicas e a delimitação espaço-temporal do estudo.

O capítulo IV é a apresentação dos resultados obtidos no nosso estudo de caso, neste caso a Associação Cooperativa Kocolino de Munguine de Manhica. Apresenta ainda as nossas conclusões tendo em consideração as nossas perguntas de trabalho, os nossos objectivos, as nossas hipóteses e o nosso quadro de análise. E finalmente as referências bibliográficas usadas para a pesquisa e os anexos.

1.1. Objecto de estudo

O presente trabalho tem como foco a análise das estratégias de segurança social adoptadas pelos membros, activistas e trabalhadores da associação cooperativa Kocolino de Munguine como forma de fazer face aos riscos sociais susceptíveis de ocorrer, tomando como base dois pressupostos:

1- O facto de os sistemas formais de Segurança Social em Moçambique não terem uma cobertura para o sector das cooperativas e associações locais, apesar de estas contribuírem efectivamente para o desenvolvimento local;

2- A insuficiência de cobertura dos sistemas formais de segurança social suscita interesse de análise sobre as estratégias de segurança social adoptadas pelos membros do sector cooperativo agro-pecuário para fazer face aos riscos sociais ligados às suas actividades quotidianas, tais como: acidentes de trabalho, morte, doenças, velhice, calamidades naturais, etc.

Neste contexto, várias questões podem ser levantadas tais como, que factores podem estar por detrás da exclusão dos actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário pelos sistemas formais de segurança social? Face a essa exclusão, que estratégias estes actores sociais adoptam para garantir a sua protecção social? Quais os critérios usados no seio dos membros do sector cooperativo agro-pecuário para a atribuição dos benefícios sociais aos seus associados? E, em que medida essas estratégias constituem instrumentos sustentáveis de Segurança Social?

Perante este conjunto de questões, colocamos o nosso problema em forma de questão de partida:

De que forma os trabalhadores do sector cooperativo agro-pecuário garantem a sua segurança social, perante os riscos sociais?

1.3. Hipóteses

Como respostas provisórias á questão de partida apresentada, avançamos as seguintes hipóteses de trabalho:

H1: Existem factores estruturais que limitam o acesso dos actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário aos sistemas formais de segurança social.

H2: Os actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário adoptam estratégias de segurança social baseadas nas redes de solidariedade social para se protegerem a si e seus dependentes perante os riscos sociais tais como doença, morte, velhice e acidentes de trabalho.

1.4 Objectivos

1.4.1. Geral

- Analizar as estratégias de Segurança Social do sector cooperativo agro-pecuário.

1.4.2. Específicos

- Identificar os factores da exclusão dos actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário pelos sistemas formais de segurança social existentes em Moçambique;
- Identificar as estratégias de segurança social dos actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário e;
- Analisar o nível de efectividade destas estratégias na segurança social dos segurados;

1.5. Justificativa do estudo

A escolha do presente tema foi influenciada por várias razões, dentre as quais:

- A OIT tem vindo a desenvolver uma abordagem sobre trabalho decente em todos os países e em todos os sectores de produção, suscitando um interesse sobre a promoção do bem estar social dos trabalhadores;
- O facto de a segurança social formal não cobrir o sector cooperativo agro-pecuário moçambicano;
- A abordagem da segurança social constituir um objecto de acesos debates entre académicos, políticos e governantes;
- Outra razão prende-se com o facto de termos participado num estudo sobre "*o desenvolvimento do movimento cooperativo moçambicano*", o que nos suscitou um interesse em aprofundar a nossa visão sobre a situação da segurança social neste sector.

Deste modo, achamos importante analisar as estratégias de segurança social adoptadas pelos actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário, dando particular atenção à cooperativa agro-pecuária Kocolino de Munguine.

A escolha da temática de segurança social cinge-se no facto de a lei do trabalho moçambicana, no seu capítulo VI, artigo 182. alíneas 1 e 2 referir que “ Todos os trabalhadores têm direito à segurança social, à medida das condições e possibilidades financeiras do desenvolvimento da economia nacional” e que “ O sistema de segurança social compreende vários ramos, a entidade gestora do sistema abrange todo o território nacional” (MAE, Lei n.º8/98 de 20 de Julho). No entanto, o sector cooperativo agro-pecuário não é abrangido pelo sistema de segurança social formal, apesar de constituir um dos sectores que emprega a maior parte da população activa. A cooperativa agro-pecuária Kocolino de Munguine, nosso campo de estudo, faz parte deste sector.

Para a sociologia, este estudo tem relevância na medida em que permitirá compreender as interacções que os actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário estabelecem com vista a garantir o seu bem estar social, contribuindo para a superação dos constrangimentos estruturais existentes no que refere à cobertura dos sistemas formais de segurança social, dando maior enfoque para o papel das interacções sociais baseadas nas redes de solidariedade social.

Em termos práticos, espera-se que os tomadores de decisão na arena das políticas sociais tirem algumas lições a partir deste estudo sobre os mecanismos práticos da segurança social no sector cooperativo agro-pecuário de modo a garantir maior abrangência da segurança social a outros sectores.

1.6. Contextualização

1.6.1. Segurança Social

A necessidade de protecção não é uma prática recente. A Segurança social em Moçambique tem um longo percurso histórico, datando desde o ano de "1901 através do regulamento Ultramarino de Fazenda. Este regulamento beneficiou em grande medida os funcionários do estado português em Moçambique. Os funcionários portugueses beneficiavam deste, feito à partir da metrópole, pensando-se apenas nos portugueses residentes na então província Ultramarina de Moçambique e num pequeno número de moçambicanos aportuguesados. (Quive & Patricio:2005:19)

Segundo Dava et all (1994:12), o período colonial é caracterizado pela existência de duas classes de cidadãos, sendo uma delas com direito ao gozo pleno da cidadania, cujos valores eram de cultura portuguesa, e outra classe que não gozava de cidadania plena, constituída por trabalhadores de raça negra que precisava de passar por um processo de assimilação para se beneficiar da cidadania portuguesa, e consequentemente da Protecção Social e Segurança Social.

Assim, somente os servidores do aparelho colonial de raça branca é que beneficiavam de Segurança Social, explicada pelo facto de estes possuírem condições económicas que lhes possibilitava a contribuir para o sistema. Enquanto os trabalhadores indígenas¹ ocupavam posições subalternas e auferiam salários inferiores sendo por isso excluídos do sistema.

Com o advento da independência nacional em 1975 e com a introdução do Marxismo-leninismo, aquando da realização do III congresso da Frelimo, partido no poder, um novo sistema de segurança social foi estabelecido. Neste sistema, o Estado encarregava-se de assegurar todos os cidadãos, através da atribuição de postos de trabalho para todos, o que de certa forma permitiria ao Estado assegurar todas pessoas economicamente activas nas empresas estatais independentemente da sua raça, cor e género (FRELIMO, 1978:5).

¹ Expressão usada no período colonial para designar indivíduos de raça negra, nativos e não assimilados.

Segundo Quive & Patrício (2005:20) a constituição da então República Popular de Moçambique, após a independência nacional de 1975, “já impunha o Direito à Segurança Social quando no artigo 32º se refere a protecção de todos os cidadãos em caso de incapacidade e velhice. Este Decreto foi alterado por mais um outro de 8/82 de 4 de Fevereiro, por um artigo em que todas as disposições legais que conferiam aos moçambicanos para efeitos de aposentação lhes conferiam ainda o aumento da contagem de tempo de serviço. A lei 8/85 de 14 de Dezembro (Lei do Trabalho) retoma a questão mostrando a necessidade da criação de um sistema de segurança social”.

“O decreto 14/87 de 20 de Maio que substitui o 8/82, aprova o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado, fixa o âmbito da sua aplicação e consagra o princípio rigoroso da legalidade na Administração Estatal pelos órgãos do poder popular e pelos funcionários. Estes estatutos vieram a ser actualizados em 1996. Os estatutos definem o direito à aposentação para os funcionários do aparelho do Estado.” (EGEFE, MAE, 1996 citado por Quive e Patrício:21)

Com a realização do IV Congresso da Frelimo, foram traçadas novas linhas teóricas para o desenvolvimento social e económico de modo a fazer face à situação de crise em que se encontrava.

De acordo com Abrahamson e Nilson (1994), as pressões do Apartheid Sul-africano, a guerra civil, as calamidades naturais e a incapacidade nacional de produzir para satisfazer as necessidades do povo Moçambicano, obrigaram o governo a estabelecer negociações com instituições do “Bretton Woods”, o que conduziu o país à adopção de políticas económicas neo-liberais, dando fim ao centralismo económico.

É neste contexto que se dá início a uma nova fase no modo de ser e estar da população Moçambicana. A fase do “capitalismo selvagem” e da economia neo-liberal, se quisermos emprestar os termos de Joseph Hanlon (1997) que culmina com a introdução do PRE², e que tinha como componente central a retirada do Estado da acção

² Programa do Reajustamento Económico

economica e redução das despesas públicas pelo Estado, de acordo com o receituário do FMI³ e do Banco Mundial.

Como consequência do neoliberalismo económico, “em 1988, o 8º Conselho Coordenador do Ministério do Trabalho aprovou as medidas Transitórias de segurança social, as quais visavam minorar a situação de ausência de um instrumento base e vinculativo para os trabalhadores assalariados. Havendo a necessidade de oferecer regimes adequados de segurança social para os trabalhadores assalariados, o Conselho de Ministros através do decreto n.º 17/88 de 27 de Dezembro, no n.º 1 cria o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), como instituição gestora do regime de segurança social. O artigo 2 do mesmo decreto define o INSS como uma entidade pública, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira e de património próprio; estando sob a tutela do Ministro do trabalho e com a sua sede em Maputo” (Quive & Patrício; 2005:21).

É a esta instituição que coube a realização dos primeiros passos do surgimento do actual sistema de segurança social que culminou com a produção e aprovação da Lei n.º 5/89 de 18 de Setembro e o subsequente levantamento e inscrição das empresas abrangidas.

1.6.2. Cooperativismo

As associações locais e cooperativas constituem um dos instrumentos de base na promoção do desenvolvimento local, através da criação de emprego e auto-emprego.

Importa realçar que a cooperativa enquanto instituição socialmente estabelecida tem um carácter diacrónico, daí que a sua análise deve ter em conta o contexto histórico. O retorno ao período colonial está na base desta realidade o que nos permite analisar as estratégias de desenvolvimento implementadas neste período e sua relação com o desenvolvimento do movimento cooperativo.

³ Fundo Monetário Internacional

Castel-Branco (1994:34/5) refere que durante "o período colonial o campesinato esteve ligado ao mercado de capitais para produzir matérias-primas baratas, especialmente para exportação e também para a indústria virada para o mercado doméstico; produzir alimentos baratos para abastecer aos trabalhadores assalariados; fornecer força de trabalho para as empresas capitalistas a baixo custo; reduzir custos de força de trabalho por intermédio da produção familiar destinada ao auto consumo e da produção de alimentos baratos"

Neste âmbito a economia moçambicana estava virada para a prestação de serviços, pois Portugal não dispunha de capacidade administrativa nem financeira para fazer uma exploração de Moçambique com sucesso.

Devido à forma de como os camponeses foram integrados na economia nacional, eles não tiveram espaço para desenvolverem iniciativas próprias com vista ao melhoramento das suas condições sócio-económicas, pois a lei fascista submetia-os ao trabalho forçado e às culturas obrigatórias e igualmente não tinham acesso à segurança social.

Com a independência e o estabelecimento do novo governo, verifica-se uma fase da economia centralmente planificada, "o que torna-se mais notável no sector agrário em 1977 com a realização do III Congresso da Frelimo que adoptou a estratégia de colectivização do campo que tinha dois eixos como motores do desenvolvimento: o sector empresarial estatal como forma dominante e o sector cooperativo" (Castel-Branco, 1994:35) como elemento integrante para o desenvolvimento da perspectiva da colectivização do campo.

Em meados da década de 80, o governo moçambicano estabelece negociações com as instituições do "Bretton Woods" para fazer face à situação de crise económica e social em que se encontrava. Estas negociações culminaram com a aderência de Moçambique às políticas neo-liberais, simbolizando o fim do centralismo económico. Este período foi precedido pela introdução PRE, PRES e multipartidarismo, o que

Estratégias de Segurança Social no sector cooperativo agro-pecuário: o caso da Associação Cooperativa agro-pecuária Kocolino de Munguine em Manhiça

permitiu o surgimento de várias associações locais, organizações comunitárias, ONG's e cooperativas do sector privado.

Segundo Banco Mundial (1990: 129), em Moçambique, há necessidade de formação de associações ou cooperativas de camponeses sejam elas agro-pecuárias, de poupanças ou de crédito.

Desta forma, as associações locais ocupam um lugar de destaque na promoção do desenvolvimento local e permitem maior participação da comunidade na resolução de problemas que lhes afectam.

CAPITULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa, são conceitos principais os seguintes: Segurança Social, Cooperativa agro-pecuária, Capital social e solidariedade social. O quadro teórico para a análise da temática ora apresentada desenvolver-se-á através da correlação destes conceitos.

Para uma melhor abordagem da nossa temática, faremos uso de duas perspectivas de principais que combinadas poderão fornecer fontes suficientes para a análise das estratégias de segurança social dos actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário com enfoque para a associação cooperativa agro-pecuária Kocolino em Munguine. Faremos uso da teoria de "network approach" e da abordagem da segurança social desenvolvida pela OIT.

No entanto, importa antes esclarecer o conceito de cooperativa, que constitui um dos conceitos centrais da nossa abordagem.

2.1. O conceito de Cooperativa

"Uma cooperativa é uma associação autónoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta democraticamente gestionada". (AGECOOP, 1988:44)

De acordo com a Lei 9/79 que aprova o estatuto tipo das cooperativas em Moçambique as cooperativas são organizações de natureza colectiva que realizam uma actividade socio-económica sem exploração do homem pelo homem e cujos membros são trabalhadores que em regime de livre associação, contribuem com bens e serviços.

A ideia central associada a este conceito de cooperativas estava a ideia de prossecução de actividades económicas e o desenvolvimento de acções de ajuda mútua entre os respectivos membros, destinado a promover o seu bem-estar material, social e cultural.

Valá (2002) define as cooperativas como sendo “instituições de carácter popular com características próprias que as diferenciam de outras associações, distinguem-se dos sindicatos porque esses são necessariamente reivindicativos e exteriores às empresas. As cooperativas tem finalidades económicas e como complemento finalidades sociais” (Valá; 2002: 5).

Muthemba (1998:22) vê o conceito de cooperativa numa perspectiva histórica e refere que é um conceito que tende a mudar ao longo da história de Moçambique. No período compreendido entre 1975-1990 a cooperativa era considerada como uma instituição caracterizada pela socialização da produção, dos meios de produção e da força de trabalho. Mas a partir dos finais dos anos 80 a cooperativa passou a ser definida como unidade de produção, de adesão voluntária, onde não existe nem socialização dos meios de produção nem da produção. Pode existir a socialização de um aspecto de produção ou de serviço: Comercialização, rega, título, aluguer de maquinaria mas a produção é individual. A cooperativa é já no sentido de prestação de serviços.

Depois desta visão diacrónica do cooperativismo moçambicano, Muthemba (op.cit) acaba definindo cooperativa como sendo “uma organização voluntária, que agrega um número de pessoas que querem desenvolver actividades com base na cooperação entre si, norteando-se por uma regulamentação do seu inteiro acordo e que não viole a legislação nacional e internacional e em que o poder decisório máximo está numa assembleia-geral que congrega os associados”.

Assim, as associações cooperativas são regidas por princípios cooperativos que garantem a sua manutenção e reprodução discutidos pela AGELOOP nos seguintes moldes:

Segundo com a AGELOOP (1988:54) " os princípios cooperativos são pautas gerais, por meio das quais as cooperativas põem em prática seus valores:

- **Associação voluntária e aberta** - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de utilizar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de associar-se, sem discriminação racial, política, religiosa, social, nem mesmo de género;
- **Controlo Democrático pelos Sócios** - As cooperativas são organizações democraticamente geridas pelos seus sócios, que participam activamente na definição de políticas na tomada de decisões. Os homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis perante seus sócios. Nas cooperativas primárias os sócios têm direitos iguais de voto (um socio, um voto) nas cooperativas de outros niveis se organizam de forma democrática de modo a permitir a participação de todos.
- **Participações Económica dos Sócios** - Os sócios contribuem equitativamente na formação do capital da sua cooperativa e na gestão democrática da mesma. No geral, uma parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Os excedentes pertencem a todos e são usados para os seguintes fins: para o desenvolvimento da cooperativa; para a distribuição pelos sócios em proporções que tem em conta o seu desempenho e contributo para a cooperativa, e para o apoio a outras actividades aprovadas pelos sócios.
- **Autonomia e Independência** - As cooperativas são organizações autónomas de auto-ajuda geridas pelos sócios.
- **Educação, Capacitação e Informação** -As cooperativas garantem a educação e capacitação aos seus sócios, representantes eleitos, administradores e empregados, de maneira que possam contribuir efectivamente ao seu desenvolvimento;

Informam ao público em geral, particularmente aos jovens e aos líderes de opinião acerca da natureza e dos benefícios da cooperação:

- **Cooperação entre Cooperativas** - As cooperativas servem mais efectivamente a seus sócios e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando junto com as estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais;
- **Compromissos com a Comunidade** - As Cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que está inserida” (AGECOOP, 1988: 54-57).

Olhando para os princípios que regem as cooperativas, um elemento central que se tem, vista é o papel das redes de solidariedade e do capital social. Assim sendo importa esclarecer este conceito de capital social na nossa abordagem tendo em conta o pensamento da perspectiva de “network approach”.

2.2. Em torno do “network approach” e o capital social

O “network approach” constitui uma abordagem de análise para compreender fenómenos de vária índole. Esta perspectiva, permite nos perceber “os diferentes tipos de estratégias, particularmente através de redes assistenciais, utilizadas por indivíduos para fazer face a problemas específicos” (Loforte: 1996; Lourenço-Lindel, 1998:11).

Esta abordagem faz uso do tipo de relações sociais que os indivíduos estabelecem para “tornar possível a avaliação da natureza das interações sociais no interior de um dado campo social” (Loforte, 1996:76) e “permite nos ainda compreender a forma como os indivíduos usam e modificam essas relações de acordo com seus interesses” (Mitchel, 1969:12).

No contexto da nossa abordagem, as relações sociais que se geram no seio das associações cooperativas são de crucial importância para a explicação das estratégias adoptadas pelos actores sociais no que concerne a segurança social. Assim, podemos olhar para as relações sociais que se estabelecem entre os actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário, focalizando o aspecto referente às normas sociais comunitariamente estabelecidas que determinam e regulam as relações sociais numa perspectiva da **solidariedade social**.

Segundo Loforte (1996), as redes de relações sociais constituem um **capital social** que pode ser definido em função das relações de reciprocidade existentes na sociedade, baseadas em normas vigentes e na confiança, facilitando a cooperação e a coordenação para benefício mútuo.

2.2.1. O conceito de Capital Social

A definição do capital social tem uma história contemporânea. De acordo com Pierre Bourdieu, o capital social pode ser definido “como obrigações sociais que podem ser convertidas em certos casos para capital económico (...) e também pode ser considerado como a agregação do actual potencial de recursos que estão ligados à posseção de uma rede, mais ou menos durável de relações sociais institucionalizadas de aceitação e reconhecimento mútuo.” (Bourdieu;1986: 243, 248).

Coleman (1988:298) define o capital social como “uma variedade de entidades com dois elementos em comum: e todas essas entidades consistem em alguns aspectos da estrutura social que facilitam certas acções dos actores sociais podendo ser pessoas ou actores incorporados com a estrutura”.

Portes (1998: 5) delineou a insuficiência da definição de Coleman perante a definição feita por Bourdieu. Neste sentido, Portes sugeriu que esta vaga definição “abriu

o caminho para remarcação de um número diferente ou até contraditório de processos sociais como capital social”. Burt (1992:9) por sua vez esclarece o conceito de capital social como “amigos, colegas e contactos mais gerais através dos quais o indivíduo tem oportunidades de usar o seu capital financeiro e humano”.

Ainda nesta assertiva Woolcock e Narayan (2000:2) escrevem sobre o crescimento do consenso entre os pensadores do capital social. No entanto, Woolcock e Narayan (2000:6) também sublinham um dos maiores criticismos da literatura do capital social, referindo que “este conceito inclui não apenas a estrutura das redes e relações sociais mas também as disposições comportamentais (tais como a confiança, a reciprocidade, a honestidade), e medidas institucionais (leis, liberdades civis, etc)”.

O capital social é, em outras palavras, o valor das obrigações sociais ou dos contactos formados dentro das redes sociais. Redes sociais são o elemento mediador da criação do capital social bem como da sua manutenção e aplicação para uso específico.

2.2.1.1. Capital social em relação a outras formas de capital

Seria quase impossível a existência humana sem os benefícios que derivam da aprendizagem social (socialização), participação em instituições sociais (tais como a família, a comunidade, coordenação de comportamentos e normas) e a transferência de informação. Fundamentalmente, estas actividades são uma função da interacção que quando complementadas com o trabalho acumulado resultam em várias formas de capital.

No que refere às formas de capital, Pierre Bourdieu (1986:250) distingue três formas de capital “capital económico, cultural e capital social”. No entanto, ele define o conceito de “Capital Social” como “a agregação do actual, ou de recursos potenciais que estão ligados a uma rede durável de relações mútuas mais ou menos institucionalizadas com mútuo reconhecimento e aceitação dos seus intervenientes”.

2.2.1.2. Fontes do capital social

O carácter intangível do capital social é enfatizado por todos os que procuram definir o conceito de capital social. De referir que, este conceito é inerente a relações que se estabelecem entre indivíduos num determinado contexto, portanto, para obter um capital social, o indivíduo deve estar relacionado com outros e a motivação dos outros para disponibilizarem recursos para este, com o qual estão relacionados não é uniforme nem universal, varia de contexto para contexto.

Portes (1998: 7-9) sugere quatro razões para esta diversidade: introjecção de valores, fronteiras de solidariedade, troca de reciprocidade e confiança reforçável”.

Como exemplos de **introjecção de valores**, Portes refere que “as pessoas podem dar caridade, fazerem troca de favores e obedecer regras sociais porque eles sentem uma obrigação para se comportar dessa maneira. As normas internalizadas que tornam possível este comportamento são por sua vez apropriadas pelos outros como um recurso”.

Fronteiras de Solidariedade são, segundo Portes, “termos usados na literatura recente para fazer referência ao mecanismo através do qual os indivíduos, perante situações comuns, aprendem a identificar e apoiar-se uns aos outros” (idem).

Troca de reciprocidades é visto por Portes como um elemento bastante fundamental do capital social, onde de acordo com a norma da reciprocidade “as doações permitem um acesso privilegiado de recursos na expectativa de que poderão ser compensados no futuro. Estas trocas sociais diferem bastante das trocas económicas na medida em que o tempo de reembolso é indeterminado e o valor do reembolso pode ser diferente do atribuído” (idem).

Reforço de confiança. “é uma das fontes do capital social que consiste na oferta de generosidade por um membro da comunidade esperando uma certa aprovação e a consequente atribuição de um status pela sociedade como forma de pagamento” (idem).

2.3. Abordagem sobre segurança social da OIT

2.3.1. O conceito de Segurança Social

A OIT tem vindo a desenvolver esforços com vista a garantir o bem estar social de todo o trabalhador. Nesta perspectiva, esta instituição tem vindo a definir parâmetros para a garantia da segurança social dos trabalhadores com vista a garantir o chamado “trabalho decente”.

Sozigwa (2005:36), citando Tunguraza et al (2002) define a segurança social como um direito de todo indivíduo. Assim, a segurança social pode ser descrita como uma necessidade na vida quotidiana. Nas sociedades modernas, a provisão da segurança social pode ser rebuscada desde a revolução industrial do Séc. XIX quando existia a necessidade de medidas colectivas ou actividades para proteger o homem contra algumas contingências tais como: cheias, terremotos, doenças, animais selvagens, alimentação inadequada, pobreza, incapacidades, mortes, desemprego e velhice. Estas actividades eram desenvolvidas para garantir as necessidades básicas encontradas pelos membros da sociedade.

A OIT define a Segurança Social como “protecção que a sociedade proporciona aos seus membros através de uma serie de medidas públicas - contra carências económicas e sociais que, de outra forma, poderiam ocorrer pela supressão ou redução substancial dos rendimentos em resultado de doença, maternidade, acidente de trabalho, desemprego, invalidez, velhice e morte; a prestação de assistência médica; e concessão de subsídios a famílias com descendentes a seu cargo” (OIT, 1998:9)

Sozigwa (op.cit), refere que a definição da OIT (2001) é uma definição pensada apenas nos moldes dos países desenvolvidos e não se adequa às práticas dos países em desenvolvimento (como é o caso de Moçambique), pois apenas contempla as oito áreas para a segurança social tais como: assistência médica, desemprego, velhice, circunstâncias familiares, maternidade, invalidez, morte e viuvez como o caso de morte da pessoa com acesso aos recursos. Isto é simplesmente, o que a contingência da segurança social referencia, perante um largo envasamento de situações de risco que rodeiam a vida humana e o seu trabalho.

Assim, ela propõe a citação de Getubig (1992) citado por Sozigwa (2005:37) sobre a Segurança Social como “*qualquer tipo de medidas colectivas ou actividades definidas para garantir aos membros da sociedade a satisfação das necessidades básicas (tais como nutrição adequada, cuidados médicos e água potável), bem como estarem protegidas das contingências (tais como doenças, desabilidades, morte, desemprego e velhice) de modo a permitir um nível de vida consistente com as normas sociais*”. Esta definição, segundo Sozigwa, toma em consideração os focos de Segurança Social dos países em vias de Desenvolvimento, pois ela contém por um lado, os elementos básicos de Segurança Social e por outro lado elementos convencionais e contingenciais da Segurança Social.

Pieters (1993:2) in Sozigwa (2005:47) refere que a segurança social pode ser entendida como “um corpo de arranjos que molda a solidariedade entre pessoas no momento em que enfrentam uma desgraça ou um risco social, a falta ou ausência periódica de rendimentos ou custos particulares”

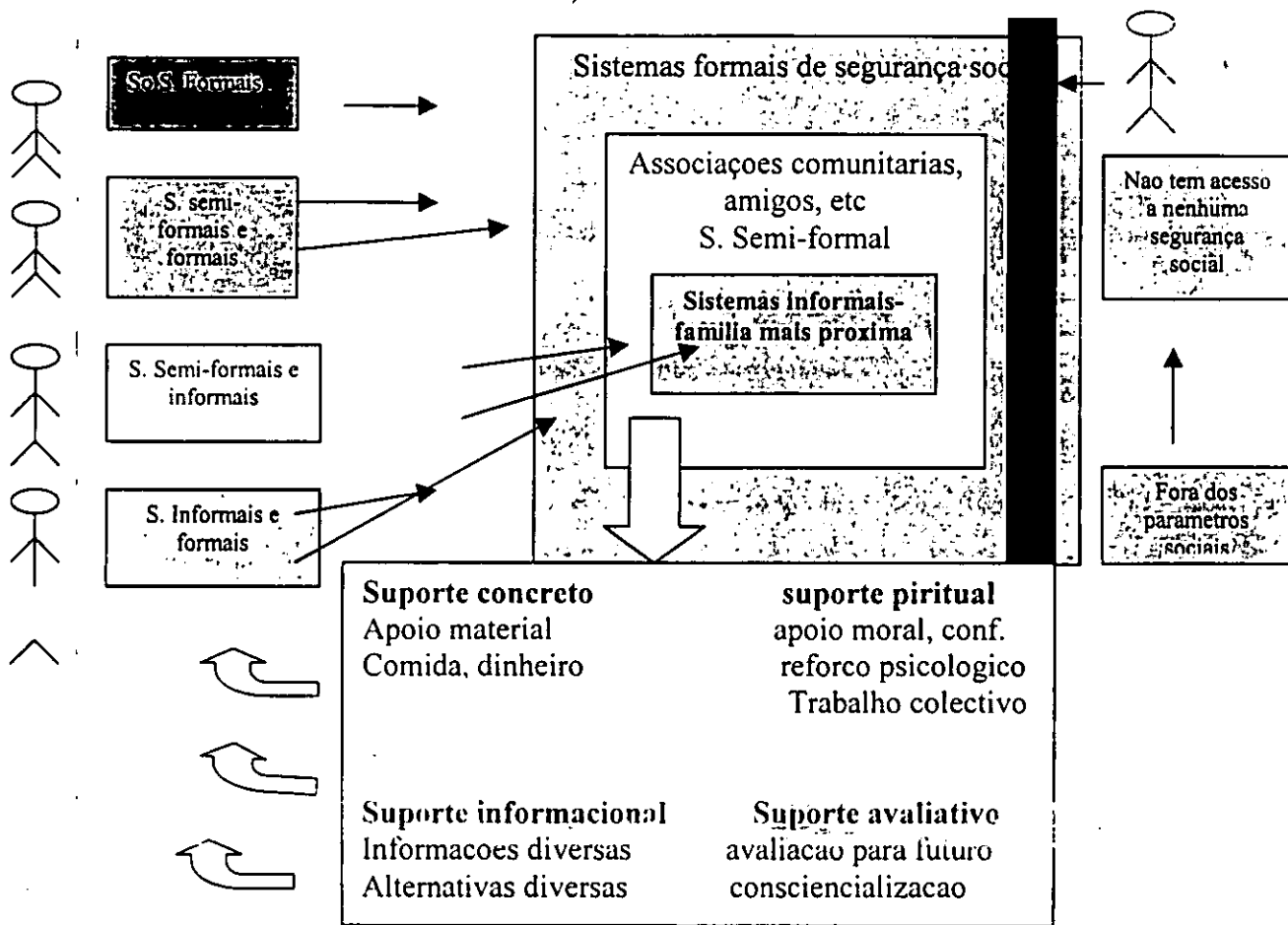
Neste caso, a Segurança Social abrange os cuidados de saúde e as prestações familiares e garante a segurança do rendimento em caso de quaisquer eventualidades como doença, desemprego, velhice, invalidez, acidentes de trabalho, e doenças profissionais, maternidade, e perda de sustento familiar.

Importante é recordar, como refere Sozigwa, que o objectivo da Segurança Social não é a mera sobrevivência, devia ter aspectos de protecção e promoção para a

inclusão social e a preservação da dignidade humana. Uma vez que os governos procuram garantir a qualidade da Segurança Social, eles precisam estudar a experiência dos países onde a segurança social é popular e contempla um elevado nível de suporte público. Isto porque a protecção social promove níveis gerais de vida para a expansão das capacidades básicas da população para o desenvolvimento. (Dreze e Sen, 1989 in Sozigwa, 2005:37/8)

De salientar neste aspecto o facto de que, se tomarmos em consideração o bem-estar humano e garantir uma segurança social, há um caminho para o desenvolvimento. daí que a “protecção dada devia ser universal advogando benefícios para todos” (OIT, 1990:1997 in Sozigwa 2005:38)

O conceito de segurança social apresentado por Getubig (1992) é que constitui a base da nossa análise ao longo do presente trabalho, dado o seu carácter global em termos de inclusão dos demais elementos da vida e práticas da realidade moçambina.



Traduzido de(Metteri &Wacklin, 2004:57)⁴

Neste modelo de análise, assumimos que a Sociedade esta dividida em três subsistemas de segurança social nomeadamente: **O sistema formal de Segurança Social, o Sistema Semi-formal de Segurança Social e o Sistema Informal de Segurança Social.**

Sistema Formal de Segurança Social- é destinado ao pessoal laboral, aquelas pessoas que se encontram a trabalhar em instituições públicas ou privadas, mas que têm um registo oficial e pagam contribuições para a sua segurança social e a dos seus dependentes.

⁴ Este modelo referencia a dinâmica da segurança social na Finlândia.

Sistemas Informais de Segurança Social- baseados nos valores e normas sociais, têm seu fundamento no capital social e na solidariedade comunitária. Permitem a protecção dos indivíduos através de relações de ajuda mútua. Na Finlândia, são marcadamente garantidos pelas famílias.

Sistemas Semi-formais de Segurança Social- são constituídos por associações e organizações comunitárias locais. Estas associações e organizações constituem muitas vezes o elo de ligação entre os sistemas formais e informais de segurança social. Nelas se encontra uma mistura entre o aspecto formal da segurança social (registos, contribuição dos membros e trabalhadores para a sua protecção) e o aspecto informal da segurança social (a relação que se estabelece entre os membros e trabalhadores da associação, baseada no princípio da solidariedade social e do capital social).

O modelo de análise focaliza indivíduos que só tem acesso aos sistemas formais de segurança social, aqueles que só têm vínculos de segurança social com instituições de segurança social, podendo ser públicas ou privadas.

Existem os que tem relação com instituições formais de segurança social e que em simultâneo têm elos de ligação com organizações e associações locais das quais adquirem protecção social.

Existem os que têm relações com organizações e associações locais e em simultâneo recebem protecção social das relações que estabelecem a nível da comunidade.

Existem por outro lado os que apenas beneficiam da segurança social fornecida pela comunidade ou pela família, é o caso dos que não trabalham em nenhuma organização e muito menos tem relação com uma instituição formalmente estabelecida.

E por fim temos os que estão à margem da sociedade, neste caso, são aqueles que não têm acesso a nenhuma segurança social.

2.4.1. O sistema formal de segurança social

De acordo com a OIT (2002) “quando é bem gerida, a segurança social favorece a produtividade assegurando cuidados de saúde, segurança do rendimento e serviços sociais. Associada a uma economia em expansão e a políticas activas do mercado de trabalho, torna-se um instrumento de desenvolvimento económico e social sustentável. Facilita as alterações estruturais e tecnológicas que exigem uma mão-de-obra adequada e versátil. Deve salientar-se que, mesmo representando um custo para as empresas, a segurança social representa igualmente um apoio ou um investimento no ser humano. No contexto da mundialização e das políticas de ajustamento estrutural, a segurança social torna-se, mais do que nunca, essencial” (OIT, 2002:14).

A abordagem em torno dos sistemas formais de segurança social em Moçambique é bastante escassa, se não nula, porém alguns académicos da praça procuraram tecer algumas considerações a este respeito. Quive & Patrício (2005) em “*Sistemas informais de segurança social em Moçambique*”, constituem uma recomendação mais recente no que diz respeito a esta temática.

Os sistemas formais de segurança social “estão orientados à população activa integrada no mercado formal de emprego. Sendo assim questiona-se o enquadramento da população fora do mercado formal do emprego” (Quive & Patrício; 2005).

Importante é referir que no âmbito da perspectiva paternalista⁵ do governo moçambicano no período pós independência, diversos serviços de assistência social

⁵ No sentido de que o Estado tinha a obrigação de prover condições para a assistência básica das necessidades da população como um todo, isto dentro do quadro do pensamento Marxista-leninista do contexto.

foram criados (integrados no Ministério da Saúde) e que com as transformações político-económicas e sociais, estes serviços que outrora pertenciam à secretaria do Estado da acção social passaram a constituir tarefa fundamental do Ministério para a Coordenação da Acção Social (MCAS) criado em 1994.

“A este Ministério veio a ser acrescido mais uma tarefa que por decreto presidencial nº 01/2000 de 17 de Janeiro passa a chamar-se Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social (MMCAS)” (idem)

De acordo com Dava, et al. (1994) os agregados familiares e indivíduos devem ter alguns mecanismos de sobrevivência para fazer face às dificuldades e crises, sejam eles em forma de redes sociais informais entre parentes ou comunidade, ou redes de segurança formais estabelecidas pelo estado.

Quive e Patrício (op.cite) fazem menção de 4 principais eixos de segurança social em Moçambique que a seguir apresentamos:

“ 1. O sistema de segurança social para os Funcionários do Aparelho do Estado (Serviços de previdência social e pensões). Este abrange todos os funcionários do aparelho do Estado, em todo o país (zonas urbanas e rurais), e inclui prestações de cuidados médicos, de doença, maternidade e funeral, de acidentes de trabalho, velhice, invalidez, e sobrevivência.”

“2. O sistema de segurança social para os trabalhadores assalariados nas empresas públicas privadas (Instituto Nacional de Segurança Social INSS). Abrange todos os trabalhadores assalariados sejam do sector público ou privado, em todo o país (zonas rurais e urbanas) e inclui prestações de cuidados médicos, de doença, maternidade e funeral, de acidentes de trabalho, velhice e invalidez. Cabe ao INSS zelar e garantir que todos os trabalhadores sejam abrangidos. Esta instituição auto-financia-se através das contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras. Para o efeito, o trabalhador desconta para o INSS 3% do seu salário, cabendo a entidade empregadora participar com os restantes 4% sobre o salário de cada trabalhador assegurado, perfazendo 7%.”

“3. *A assistência social para as populações em situação de vulnerabilidade social e económica* (Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social e Instituto Nacional da Acção Social). Estas estão direccionadas para os idosos vivendo sozinhos e sem apoio de terceiros, mulheres chefes de família com mais de cinco filhos, deficientes físicos e mentais. Inclui subsídio de alimentos, programa comida por trabalho e outros programas de geração de rendimentos. Abrange todo o país (zonas urbanas e zonas rurais). É levado a cabo pelo Governo através do ministério da mulher e acção social que para o efeito usa fundos do orçamento geral do Estado que cada ano são alocados pelo ministério de Plano e Finanças, embora também possa usar outros fundos doados. Além do Governo, é preciso frisar que outros parceiros sociais como as igrejas, as ONGs, pessoas singulares e outras instituições de beneficência tenham também a sua quota-parte.”

4. *Os sistemas informais de segurança social*- “praticada no sector informal, é levado a cabo pelos actores, com o objectivo de precaver-se perante as adversidades da vida, como a doença, falecimento, velhice, ou com a intenção meramente económica de expansão/investimento das suas actividades, ou em outros casos, por mera solidariedade individual ou colectiva. Caracteriza-se por ser efémera e pontual, feita à base de confiança por vizinhança, exercício da mesma actividade, amizade ou laços de parentesco. Envolve modestas contribuições e não é coerciva, deixando muito espaço de manobra dependendo do livre arbítrio dos intervenientes”.

2.4.2. Cobertura da segurança social formal em Moçambique

“De acordo com as estatísticas nacionais (2004), apenas 20% da população economicamente activa encontra-se enquadrada no sector formal, isto implica que somente estes são os que têm acesso aos sistemas formais da segurança social. A pergunta que se coloca é, onde e como é que estão socialmente assegurados os restantes 80% desta população economicamente activa” (Quive & Patrício, 2005).

Os princípios da segurança social da OIT frisam que, o acesso á protecção social deve ser universal, completa e fundada com base no princípio de solidariedade. Não devendo “assentar sobre a poupança individual, pois desta forma apenas beneficiaria as pessoas com rendimentos estáveis, sendo excluída a grande maioria dos trabalhadores com baixos rendimentos ou em situação de emprego precário. Homens e mulheres devem ter igual acesso à segurança social. Qualquer reforma deveria contemplar a melhoria da protecção dos direitos das mulheres e a igualdade entre homens e mulheres. O trabalho digno é a base de qualquer sistema de segurança social completo e eficaz; ele é o garante de um desenvolvimento humano sustentável. Os governos, as empresas e os trabalhadores devem partilhar a responsabilidade da gestão eficaz da segurança social e salientar o desafio que representa o seu financiamento. Uma cobertura social generalizada é um direito dos povos e uma obrigação dos Estados” (OIT;2002)

A segurança social abrange os cuidados de saúde e as prestações familiares e garante a segurança do rendimento em caso de quaisquer eventualidades como doença, desemprego, velhice, invalidez, acidentes de trabalho e doenças profissionais, maternidade e perda do sustento familiar. Nem sempre é necessário, e nem sempre é possível prever o mesmo conjunto de prestações para todas as categorias de indivíduos. No entanto, os sistemas de segurança social evoluem no tempo podendo tornar-se mais completos no que diz respeito às categorias protegidas e ao leque de prestações concedidas.

Em contrapartida, uma grande proporção da população moçambicana não beneficia de nenhuma protecção social ou é abrangida de forma muito parcial. É o caso da grande maioria dos habitantes das zonas rurais e da maioria dos trabalhadores do terceiro sector da economia nacional (associações, cooperativas e organizações locais), bem como os do sector informal.

Quive & Patrício (2005) referem que “os trabalhadores do sector informal não beneficiam, por diversas razões, de segurança social”. E o relatório da OIT (2002) afirma que “uma das razões é o facto de se tornar extremamente difícil a cobrança de contribuições junto destes trabalhadores e, caso necessário, junto dos seus empregadores.

Outro problema é o financiamento das prestações de segurança social, que representam para muitos uma percentagem relativamente elevada do seu rendimento, não estando em condições de contribuir nem dispostos a fazê-lo sempre que as prestações não correspondam às suas necessidades prioritárias”.

Em geral, as actuais mudanças sociais que tem vindo a ganhar espaço em Moçambique tem influenciado grandemente neste novo dilema, isto é, a mudança do sistema Marxista-leninista ao Neo-liberalismo económico deu uma nova imagem à dinâmica da segurança social. A título de exemplo, os cuidados de saúde e educação fazem de tal forma parte das suas prioridades imediatas que as medidas de Ajustamento Estrutural reduziram o acesso aos serviços gratuitos.

A maioria da força de trabalho activa, tal como salienta Quive & Patrício (2005) está no sector informal, o que se explica pela estagnação do emprego assalariado, pelo êxodo rural e pelo facto de que os assalariados devem complementar os seus rendimentos em baixa pelos ganhos que recebem.

É necessário salientar que a economia informal não é propriamente um simples "sector": estende-se a praticamente todos os sectores e engloba todas as categorias de trabalhadores: assalariados, trabalhadores independentes, trabalhadores no domicílio, trabalhadores familiares não remunerados.

Tal como salienta o relatório da OIT (2002) “os trabalhadores da economia informal não têm praticamente nem segurança social nem segurança do rendimento. Os seus rendimentos são normalmente fracos e têm tendência para flutuarem mais, do que os de outros trabalhadores. Basta um breve período de incapacidade de trabalho para que o trabalhador e a sua família tenham o indispensável para a sua sobrevivência. Basta que um membro da família esteja doente para que o equilíbrio delicado do orçamento familiar seja interrompido. O trabalho na economia informal possui muitas vezes riscos que o ambiente – não regulamentado, no qual se desenvolve, tem sempre tendência a aumentar. As mulheres confrontadas com problemas suplementares – por exemplo, o despedimento em caso de gravidez ou de casamento. As mulheres que trabalham na economia informal

não beneficiam de nenhuma das protecções e prestações de que beneficiam. em princípio, as mulheres assalariadas no sector formal para a educação dos filhos (abonos de família, licença de parto financiado, pausas de aleitamento, ajuda financeira para a educação dos filhos) ”.

Os sistemas formais de segurança social não têm uma cobertura total para toda a população e os sistemas informais de segurança social tem sido uma alternativa para a solução de diversos problemas sociais.

A proporção da mão-de-obra que beneficia de uma cobertura social tem-se mantido desde há alguns anos. Tendo em conta as tendências económicas actuais, a ausência de medidas conduzirá muito provavelmente a uma diminuição da taxa de cobertura, ou até do número de trabalhadores assegurados, como acontece já em determinadas regiões do nosso país, se tivermos em consideração o crescimento demográfico, e o aumento da taxa de desemprego, com particular enfoque nas zonas rurais.

Um elemento fundamental a ter em conta é que é possível alargar a rede de cobertura dos sistemas de segurança social. Para tal, o relatório da OIT (2002:33), em jeito de recomendações para os Estados, refere que é preciso:

- Alargar os regimes de segurança social;
- Incentivar os micros seguros;
- Introduzir prestações ou serviços universais financiados pelas receitas gerais do Estado e
- Estabelecer ou alargar prestações ou serviços submetidos à condição de recurso e financiados pelas receitas gerais do Estado;

2.4.3. O capital social, solidariedade social e Sistemas informais de segurança social

Se partirmos da interpretação do conceito de capital social ora abordado anteriormente, podemos chegar à conclusão que este conceito é um conceito bastante influente na concepção do desenvolvimento local largamente usado na actualidade.

De referir que ao abordar o desenvolvimento local implica acima de tudo, ter em consideração vários campos da economia e as mudanças sociais que tem vindo a ocorrer e isto implica um conjunto de interacções entre indivíduos como um todo, regidos por um conjunto de valores e normas socialmente estabelecidas.

Podemos deste modo aferir que o capital social que um individuo tem é propriedade de um capital social de uma colectividade no seu todo. Este capital social é determinado pelas relações de confiança e de reciprocidade que existem através das redes sociais estabelecidas no âmbito das normas e valores sócio-culturais. O capital social é resultado também do crédito que é acumulado pelo indivíduo e que pode reclamar em momentos de necessidade no âmbito das relações de reciprocidade a outros indivíduos que por certa altura teria prestado em momentos passados.

A partir desta aceção, pode se dizer que o capital social reside em relações interpessoais assentes em suas estruturas normativas e sancionarias e é neste âmbito que assenta o elemento associativo das cooperativas.

O desenvolvimento dos sistemas de segurança social e a promoção do bem estar social esta assente nas potencialidades que o capital social oferece, se tomarmos em consideração os valores socio-culturais inerentes ás práticas do quotidiano moçambicano.

Dava et al (1994) referem que “ (...) Moçambique conta com valiosas instituições e estruturas comunitárias que garantem a segurança social que não é dada

pelo Estado (...) todavia, desde que terminou a guerra civil, as redes comunitárias informais tem vindo lentamente a fortalecer-se.”

Estas redes comunitárias constituem actualmente o elemento de base para a segurança social e protecção social dos membros da comunidade.

Como refere Launa (2004) há “*solidariedade comunitária* quando o vizinho lhe ajuda a fazer sua casa, quando para a boda de um compadre se contribui economicamente com um bem ou com trabalho, por *solidariedade* ou ajuda mútua entendemos o apoio à família de um cidadão falecido oferecendo trabalho, sementes ou dinheiro, o mesmo para ajudar um acidentado”.

A solidariedade comunitária e o capital social de muitas maneiras refletem institucionalmente um certo grau de autoritarismo mas exercido e decidido por todos, regulado pelas normas e valores sociais, adquiridas ao longo do processo de socialização dos indivíduos.

“Outro aspecto solidário que encontramos dentro de nossas comunidades é o apoio entre comunidades distintas, isto se dá principalmente na realização de festas, ou diante de uma tragédia pouco comum. A *solidariedade* na festa significa ao mesmo tempo ajuda, oferta de serviços e satisfação em oferecer estas coisas. Desta maneira se logra que as festas transbordem de colorido e música, transbordem de *solidariedade*; talvez o evento comunitário concentre o significado de sua acção e a institucionalidade comunitária ou o comunalismo seja a festa. Este é o resultado do trabalho agrícola ou artesanal comercial e produtivo de um ano. A festa e os rituais que cada um desenvolve. Não podemos competir de maneira comercial, nem tampouco pensar em quem manda em quem, pelo contrário, encontramos em todos a necessidade de sobreviver como seres diferentes e próximos” (Launa:2004)

Este tipo de comportamento, constitui uma fonte bastante forte de acesso a protecção social e de certa forma garante a estabilidade social da comunidade no seu todo.

CAPITULO III

Metodologia

Na essência, o presente trabalho está assente numa metodologia qualitativa, através da combinação de duas técnicas de pesquisa básicas: Revisão da literatura referente à temática em estudo e Entrevistas.

3.1. Revisão da literatura

Permitiu nos fazer uma recolha da informação geral sobre a segurança social em Moçambique, sobre as estratégias de segurança social existentes e sobre a situação geral das cooperativas.

Esta técnica permitiu nos compreender a evolução histórica dos sistemas de segurança social com tal, e o contexto actual da segurança social formal em Moçambique.

A revisão da bibliografia obedeceu às seguintes etapas:

- Identificação e recolha da bibliografia (livros, legislações e relatórios)
- Leituras,
- Síntese da revisão bibliográfica.

Os principais recursos utilizados para a pesquisa foram as fontes especializadas, não especializadas e fontes ligadas à situação da segurança social em Moçambique, à situação das associações cooperativas e informação sobre as estratégias informais de segurança social em Moçambique.

3.2. Entrevistas

As entrevistas foram subdivididas em duas etapas:

1. **Entrevistas em grupos** com os membros da Associação Cooperativa Kocolino e
2. **Entrevistas semi-estruturadas** a indivíduos alvo seleccionados durante a realização da pesquisa.

Os dados foram recolhidos a partir de 18 de Outubro de 2005 até 16 de Dezembro do mesmo ano, durante visitas periódicas efectuadas á comunidade de Munguine. Ao longo deste periodo, foram realizadas 8 visitas á comunidade de Munguine e á Associação Cooperativa Kocolino, onde se estabeleceram conversas informais com os membros da associação e com a população local.

Com vista a cobrir os objectivos da pesquisa, e dadas as limitantes do tempo e financeiras, a amostra para a avaliação qualitativa das estratégias de segurança social foi seleccionada com o propósito de:

- Identificar as estratégias usadas pela população local para se assegurarem perante os demais riscos sociais;
- Identificar o grau de conhecimento dos membros da Associação Cooperativa sobre os sistemas formais de segurança social e analisar o papel da associação cooperativa Kocolino na promoção da segurança social de seus membros;

A amostra total (não estatisticamente representativa) consistiu em 62 pessoas das quais 14 são membros da Associação cooperativa Kocolino e os restantes 48 entrevistados são membros da comunidade.

Para a selecção dos entrevistados, recorremos a amostra por conveniência, que consistiu na selecção dos membros da Associação Cooperativa Kocolino existentes na

lista de inscrição fornecida pelas estruturas da mesma e que estivessem disponíveis e visita a famílias dos arredores da Associação Cooperativa para a marcação da entrevista a respectiva realização.

A língua utilizada para a realização das entrevistas foi o Ronga e Português, pois existiam entrevistados que não se podiam expressar em Português.

3.3. Limitações metodológicas

Vários factores tornaram a realização deste trabalho muito difícil, o difícil acesso à região foi um dos principais, tal que em muitas situações, tinha se que ir um dia antes ao terreno e passar a noite lá para poder falar a tempo com as pessoas, dado que não existem transportes frequentes até o local.

O facto de procurarmos compreender as estratégias usadas pelos actores sociais do sector cooperativo agro-pecuário para fazer face a situações específicas, os dados recolhidos podem não ser suficientes para fazer assumpções generalizantes, pois demos particular enfoque a pessoas que estejam em permanente contacto com a Associação Cooperativa, como membros ou seus dependentes e para as pessoas que estejam em seus arredores ou vizinhanças, mas que não são membros.

3.4. Delimitação do estudo

O presente trabalho deu enfoque particular aos membros, associados, activistas e seus dependentes da Associação cooperativa agro-pecuária Kocolino de Munguine, localizada no Distrito de Manhica província de Maputo em Moçambique.

A escolha deste local deveu-se ao facto de termos tido um contacto anterior com esta associação cooperativa, momentos anteriores aquando da realização de um estudo sobre o "Desenvolvimento do movimento cooperativo em Moçambique".

Os dados recolhidos sobre as estratégias de segurança social usadas pelos actores sociais desta associação cooperativa referem-se ao período compreendido entre o ano 2000 e 2005.

Preferimos delimitar o estudo para este período específico de modo a obtermos dados mais recentes sobre a realidade em estudo, que é interesse central da nossa pesquisa.

CAPITULO IV

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. A comunidade de Munguine- Manhiça

Munguine é uma localidade do distrito da Manhiça, província de Maputo, a sul de Moçambique. Encontra-se situada a cerca de 22 Km Este da vila de Manhiça.

Em Munguine se encontra um universo populacional de 7320 agregados familiares dos quais cerca de 3200 são geridos por mulheres viúvas e mulheres solteiras (dados do Conselho Administrativo de Munguine)

A actividade básica sócio-económica da população de Munguine é a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte tais como: gado caprino e suíno, criação de aves para o consumo doméstico.

Os principais produtos locais são a mandioca, o amendoim, a batata-doce e a banana e que constituem a principal fonte de rendimento de mais de 80% das famílias. Estes produtos são destinados para a venda no mercado paralelo (na estrada principal nº 1) e muitos cidadãos tem vindo efectuar a compra em quantidades maiores para revender nas zonas urbanas, sendo o maior requisitante a cidade de Maputo.

Nesta localidade existe apenas uma escola primária que lecciona o 1º e 2º grau primários do Sistema Nacional de Ensino e que alberga um total de 3800 alunos⁶ para ambos graus escolares. A escola dispõe de 7 salas de aulas, 24 professores, 1 director da escola e 1 adjunto pedagógico.

Junto á localidade de Munguine encontra-se o centro de Instrução militar de Munguine, que dispõe do único posto de saúde e que de certa forma tem apoiado bastante

⁶ Ano lectivo de 2005

em situações de emergência á população local. Caso contrário, os habitantes deste distrito devem percorrer os cerca de 22 Km para alcançar o hospital distrital de Manhiça.

A maior dificuldade para o desenvolvimento local assenta na inexistência de uma linha de distribuição da corrente elétrica que poderia de certa forma facilitar o uso de electrobombas para os sistemas de irrigação, pois as motobombas a gasóleo têm sido bastante dispendiosas para o nível de vida da população. A inexistência de uma via de acesso melhorada constitui um outro elemento bastante comprometedor para o desenvolvimento sócio-económico de Munguine, pois maior parte do resultado da sua produção apodrece nas machambas, uma vez que as possibilidades de escoamento são escassas e as capacidades de armazenamento são fracas.

A capacidade dos agregados atingirem as necessidades alimentares básicas das próprias machambas depende do nível de produção e da capacidade de armazenamento para uma posterior venda no mercado informal.

Existe pois uma forte dependência da venda de produtos agrícolas como fonte principal de rendimento monetário.

4.2. A associação cooperativa agro-pecuária Kocolino em Munguine- Manhiça

A Associação Cooperativa agro-pecuária Kocolino de Munguine, constitui uma das 18 associações agrárias existentes na comunidade de Munguine.

Foi inicialmente criada por 10 membros que decidiram juntar suas terras para produzirem em conjunto de modo a fazerem face às dificuldades que se lhes impunham, tais como a falta de dinheiro para a compra de alfaias e insumos agrícolas, a seca e a fome que assolava a região. Com o tempo o número de membros cresceu e em simultâneo o tamanho das terras. Agora a associação cooperativa conta com 615 hectares,

dos quais 600 são destinados á prática da agricultura e os restantes 15 hectares fazem a criação de animais de pequena espécie.

4.2. 1. Estrutura interna

Fundada em 1992, tem um efectivo de 690 membros, dos quais 368 são mulheres e os restantes 322 são homens. Em 1998 teve a sua escritura pública e passou desde então a ter um estatuto jurídico que regula o funcionamento da cooperativa no seu todo. Os seus estatutos foram criados á luz das deliberações do Estatuto Tipo das cooperativas datado de 12 de Julho de 1979 aprovado pelo governo Moçambicano (Lei 9/79 de 10 de Junho).

De acordo com os estatutos da associação cooperativa, a estrutura orgânica obedece ás seguintes linhas:

Assembleia geral- A Assembleia Geral é um órgão deliberativo da Associação cooperativa Kocolino, constituída por todos os membros, no gozo pleno dos seus direitos estatutários.

A mesa da Assembleia Geral é constituída pelo(a) presidente, vice-presidente, secretário(a) eleito por um período de 2 (dois) anos. Compete á Presidente da Mesa dirigir os trabalhos, coadjuvado pelo vice-presidente;

Ao (a) secretário (a) compete a elaboração das actas e servir de escurtinador (a).

Conselho de Direcção- O conselho de direcção é um órgão colegial de execução, gestão e administração corrente da Associação Cooperativa Kocolino. Os cargos de direcção são reservados aos associados efectivos nacionais.

O Conselho Fiscal- O conselho fiscal é um órgão de auditoria composto por um(a) Presidente e dois vogais, podendo um deles ser indicado pelos membros efectivos:

Ao (á) Presidente do Conselho Fiscal compete convocar e presidir as reuniões do órgão dirigindo os seus trabalhos” (Estatutos da Associação cooperativa Kocolino, Secção III, Artgs. 25 a 32).

4.2.2. Capital financeiro e actividades económicas

No seu fundo económico, a cooperativa conta com 17 milhões⁷ de meticais que é resultado das contribuições dos membros (quotas mensais) e das reservas provenientes das vendas de excedentes.

Como já pudemos referir, a Associação Cooperativa Kocolino tem como actividades específicas a agricultura e criação de animais de pequena espécie.

O resultado da produção é vendido ao mercado informal (vendedores informais que são os principais clientes) e a pequenas instituições comerciais locais e o dinheiro é distribuído pelos membros da associação em quantidades aproximadamente iguais. Sempre tem que se deixar uma margem da produção para depositar na conta da associação de modo a precaver situações futuras.

“Nos vendemos tudo o que produzimos, galinhas, banana, batata-doce, hortaliças, cana doce, etc. Depois de vendermos isto tudo, tiramos 10% para depositar na nossa conta e o resto dividimos pelos membros” (Salvador Mahanuke- Tesoureiro da Associação)

⁷ Durante o mes de Novembro de 2005

Os principais produtos comercializados pela Associação Cooperativa Kocolino são: Banana, batata-doce. Cana de açúcar e animais de pequeno porte como frangos, patos e gado suíno.

4.2.3. Contratação do pessoal

Todos os membros da associação cooperativa são automaticamente trabalhadores da mesma e tem obrigações no seu dia-a-dia. Mas não existe um contrato específico que determina um salário para os membros, pois estes têm acesso aos dividendos obtidos directamente da produção no período da colecta.

“ Nós não temos trabalhadores efectivos aqui, trabalhamos entre nós e não temos um salário mensal. Cada membro tem a sua própria machamba, onde ele vai tirar o que precisa para comer e ajudar em casa. So no fim da produção, depois da colheita e venda é que podemos distribuir o que cada um tem como ganho da produção” (Laurinda Baloi- Presidente da Associação)

“Quando o trabalho é muito, nos pedimos ajuda á população local, algumas pessoas vêm e trabalham connosco e depois pagamos em dinheiro o trabalho que fizeram. Muitas vezes, estas pessoas trabalham 2 meses ou 3. Mas nunca ficam mais que isso” (José Catarino- membro da Associação)

Isto significa que os trabalhadores da cooperativa têm um carácter sazonal, não tem duração específica e muito menos se estabelece um contrato de trabalho, isto é, não tem um registo específico sobre as suas actividades na cooperativa e neste sentido, o seu salário depende do tipo de trabalho a realizar, bem como da sua duração.

4.2.4. Relação com outras instituições

A Associação Cooperativa Kocolino estabelece relações de cooperação com várias associações e cooperativas do mesmo ramo. Em Munguine, existe a União das associações locais, que dá assistência técnica e participa na resolução dos demais problemas sociais que podem advir das relações de trabalho e serve de mediadora na relação entre estas associações e o Estado.

A principal parceira é a União Nacional dos Camponeses, que normalmente fornece assistência técnica às actividades realizadas a nível local e nos períodos de crise (estiagem e cheias) fornece insumos agrícolas.

“Nós não temos nenhum apoio para além da UNAC. O estado esqueceu-se de Munguine e nos estamos a trabalhar para ter o mínimo para vivermos. Como vê, nos não temos nem estrada para levar os nossos produtos daqui para a vila, usamos 'ixovias com burro' que é mais barrato” (Salvador Mahanuke).

4.3. Sistemas formais de segurança social na Associação

De acordo com as fontes entrevistadas, a associação cooperativa de Kocolino não faz parte de nenhum sistema formal de segurança social por motivos diversos.

Segundo José Catarino, membro da associação, *não existe uma informação clara sobre como devíamos fazer para termos o registo dos membros da associação, pois as finanças só se preocupam em cobrar impostos das cooperativas.*

Outro aspecto a referenciar, é o facto de os membros não terem um sistema de vencimentos previamente estabelecido, o que torna mais complexa a sua adesão aos sistemas formais de segurança social, uma vez que o rendimento é periódico, dependendo

do resultado da produção, torna-se difícil com que os trabalhadores e membros da associação tenham uma contribuição permanente que garanta a sua segurança social efectiva.

Esta situação conduz á criação de estratégias locais de segurança social, isto é, a base de segurança social está assente nas relações que os membros desta estabelecem com a comunidade em que estão inseridos, como veremos mais adiante.

4.4. Capital Social, Solidariedade comunitária e estratégias de Segurança social

A Associação Cooperativa Kocolino estabelece fortes laços de interação com a comunidade em que está inserido. Esta forte relação tem antecedentes históricos, desde o contexto da sua criação até às demais calamidades naturais que assolaram a região e que a Associação teve um papel muito importante.

No que diz respeito às estratégias de segurança social adoptadas pelos membros da associação e seus dependentes, esta tem sempre um fundo de acção social, feito a partir de contribuições dos seus membros.

“Nos temos tido problemas aqui, às vezes um colega pode ser mordido com uma cobra, pode ficar doente e mesmo alguém morrer. Quando isso acontece a associação tira um pouco do dinheiro que nós contribuimos ou do dinheiro dos excedentes da produção e ajuda a pessoa que esta a enfrentar dificuldades” (Eusébio Homwana- membro da associação).

No entanto, em termos práticos, este fundo não cobre as necessidades mínimas de que os membros podem ter em situações de crise, tais como doença prolongada, morte, acidentes de trabalho, calamidades naturais, etc.

A forte relação com a comunidade no geral é acima de tudo um grande trunfo de que se pode contar como elemento fundamental na segurança social dos membros da associação, bem como dos moradores locais.

“Às vezes quando a cooperativa não tem dinheiro para pagar as pessoas que vem trabalhar aqui, nós fazemos ‘Kurimelana’, onde nós convidamos as pessoas para nos ajudarem a cultivar, a fazer colheita e outras coisas e nós vamos também nas machambas dessas pessoas fazer trabalhos para elas. É uma troca de favores entre todos e todos saímos a ganhar” (Tomás Ubisse- Membro da associação).

Os laços sociais existentes entre os membros da associação cooperativa e entre este com a comunidade são reforçados pelas situações de pobreza existentes naquele local e pela severidade das devastações vivenciadas no período da guerra, para além das calamidades naturais (como é o caso das cheias de 2000) que deram azo a um sentimento de solidariedade comunitária ainda mais profundo.

Mas como é que se estabelecem estas relações de ajuda?

Para além do fundo social existente na associação, os membros da associação e da comunidade em geral, têm alternativas específicas para fazer face a situações imediatas.

Os entrevistados foram perguntados sobre “a situação mais difícil que teriam enfrentado em termos de catástrofe natural, doença ou morte, e sobre as alternativas que tiveram para fazer face a essa situação”. Quase todos focalizaram as cheias de 2000, a morte de um parente ou o estado de doença de um dos membros. E como estratégias de solução destas situações, tivemos como respostas:

“Quando temos falecimentos na zona, ou alguém muito doente, nós contribuimos em produtos, dinheiro e vamos ajudar essa pessoa. Às vezes há acidentes muito graves, como por exemplo em 2000, houve cheias e quase todos perdemos tudo. Nos trabalhamos em conjunto para reabilitar as nossas casas, para arranjar as nossas

machambas e muitas pessoas ficaram membros da associação naquela altura” (Laurinda Baloi- Presidente da associação).

“Quando meu marido morreu, os meus vizinhos ajudaram muito, eles trouxeram comida, ajudaram a organizar o enterro e quando meus filhos chegaram ja estava tudo pronto. A Associação deu me muita ajuda, deram me dinheiro e ajudaram me com tractor para cultivar durante um tempo na minha machamba. Foi ai que senti que eu tinha mais uma familia muito grande. Os meus vizinhos” (Marta Mabjeca- membro da comunidade de Munguine)

“Um dia a minha casa estava a queimar, eu estava na machamba, vieram me chamar la com meu filho, quando cheguei em casa tudo tinha queimado, pensei que estava perdido. Mas a população daqui é muito unida, eles me deram um sitio para dormirmos eu e minha familia, nas casas dos vizinhos, e os homens trouxeram tudo para fazer uma nova casa, caniço, estacas, cordas. A Associação deu me chapas e dinheiro para comprar outras coisas muito importantes”. (Joaquim Cherinda- membro da Associação)

“No ano 2000, com as cheias, eu perdi tudo, minha machamba, casa, e meus animais. Mas os amigos da Associação vieram ajudar me a recuperar algumas coisas, eles deram me sementes que tinham recebido da União, emprestaram me tractor e comecei a trabalhar com eles. A partir daí eu fiquei membro da Associação” (Jaime Mafuiane- membro da comunidade)

Estas respostas mostram que os sistemas de apoio social, ou de segurança social, baseiam se fundamentalmente nas relações de vizinhança, de confiança e no sentimento de solidariedade mútua entre os membros da comunidade, entre os membros da Associação e entre estes com a comunidade em seu redor.

Tendo em consideração os aspectos ora focalizados, podemos notar que é aqui onde reside a principal essência do capital social e do sentimento da solidariedade comunitária como fonte principal de acesso á segurança social nesta comunidade.

No centro das relações sociais comunitárias, está o conceito de relacionamento pessoal durável edificado numa série de "trocas e de ofertas" usado por Mauss. (1969). Estas relações tradicionais são descritas por Gregory (1982), como um "estado de dependência recíproca" ao contrário das trocas mercantis entre dois indivíduos que provavelmente não poderão interagir outra vez no futuro.

O estado de dependência recíproca garante a segurança social informal da seguinte forma:

1- Segurança contra riscos similares

Os membros da comunidade, por estarem inseridos no mesmo contexto social e por realizarem actividades semelhantes, estão sujeitos a riscos muito semelhantes, como a seca, as cheias, incendios, etc. A necessidade de ajudarem se reciprocamente, reduz o impacto destes desastres na vida individual do membro.

"Nós trabalhamos muitas vezes em conjunto para resolvermos muitos dos problemas que temos. Cada um toma conta da sua machamba, mas controlamos juntos todo o trabalho, porque se a machamba do meu vizinho queimar, a minha pode ser a próxima, se meu vizinho perder o filho dele, eu também posso perder. Então, eu tenho que ajudar os outros quando precisarem, para amanhã eu também ser ajudado, isto é assim". (Julio Uqueio-membro da comunidade)

Neste contexto, a intervenção dos membros da comunidade e particularmente dos associados, se o vitimado for membro, tem um papel crucial, pois as contribuições feitas pelos membros podem cobrir em parte as necessidades básicas imediatas, e permitir uma recomposição rápida do vitimado. Mas a partilha de sentimento comum e de pertença à mesma situação é ainda muito mais importante, pois reduz o risco da colectividade.

2- Suporte moral, Conselhos e controle sobre tomada de decisões específicas

Em situações difíceis, os membros da comunidade fazem parte de uma grande família alargada, onde se encontram soluções de problemas específicos. Os anciãos, a associação e outros membros adultos, tomam um papel fundamental nesta situação.

“O falecimento é uma coisa normal para todos, mas nunca se espera que uma pessoa pode morrer. Mas quando isso acontece com um dos membros da associação, ou qualquer pessoa da nossa zona, existem pessoas indicadas para ir dar uma ajuda á família, as mulheres ficam la uns dias, ajudam a fazer os trabalhos de casa, conversam com a viúva e dão lhe mais esperança”. (José Catarino- Membro da Associação)

No que diz respeito a tomada de decisões sobre situações futuras, os familiares directos do vitimado tomam a dianteira, mas os membros da comunidade influenciam de certa forma na tomada de decisões específicas.

3- Suporte material

Sempre que uma situação difícil ocorre num dos membros da associação, ou alguém das redondezas da associação, esta oferece uma ajuda material, podendo ser em bens alimentares ou sementes agrícolas.

“Nós não temos muito dinheiro, nem produtos. Mas sabemos que é preciso estarmos unidos, porque todos podemos passar situações. Quando alguém morre, sofre um acidente ou quando acontece alguma coisa má, e que essa pessoa é do bairro, nós tiramos do fundo da Associação algum dinheiro e ajudamos essa pessoa, se for membro da associação. Se não for membro da associação, nos contribuimos alguma coisa, farinha, mandioca, amendoim, qualquer coisa e vamos lá oferecer á família”. (Salvador Mahanuke- Tesoureiro da Associação)

4- Outras estratégias de segurança Social

Das informações recolhidas da comunidade local, destacam-se 4 práticas tradicionais ou informais de ajuda mútua baseadas em relações de amizade, parentesco ou apenas de convivência na mesma localidade. Na sua maioria, estas práticas tem o mesmo objectivo e características comuns e diferem-se simplesmente no seu funcionamento. De entre elas:

1- **Xitique-** são fundos solidários entre dois ou mais indivíduos, em que estes fazem troca de forma rotativa de valores monetários, ou de bens de consumo. O período da rotatividade das trocas varia consoante o consenso do grupo em causa. Em caso de uma situação imediata, de carência, os contribuintes podem alterar a rotatividade em favor da pessoa carenciada. O fundamento deste tipo de trocas baseia-se nas relações de confiança amizade e de vizinhança entre os intervenientes, não existindo nenhum documento escrito que regula os critérios de troca. O elemento regulador deste tipo de troca é aquilo que Quive & Patricio (2005) chamam de contrato social.

2- **Kurhimela e Xitoco-** são actividades agrícolas, baseados num trabalho remunerado em que um dado indivíduo, em situação de carências se lhe é oferecido uma parcela de terra para cultivar em troca de valores monetários ou de bens de consumo como: capulanas, roupas diversas, sementes, alimentos diversos, etc.

3- **Ntsima-** actividades de base agrícola, em que dois ou mais grupos juntam forças para em conjunto cultivarem as terras de um dos grupos de forma rotativa. Tem um carácter não remunerativo e a base deste tipo de relação esta assente nas relações de amizade ou de convivência comunitária.

No "ranking" das estratégias de segurança social, as **contribuições comunitárias**, que se realizam em caso de algum imprevisto, como a morte, um assidente ou doença prolongada, onde os membros da comunidade contribuem em bens ou serviços

para dar apoio material, moral espiritual, etc.. á familia ou pessoa em situação difícil, são as mais determinantes e influentes nas práticas locais.

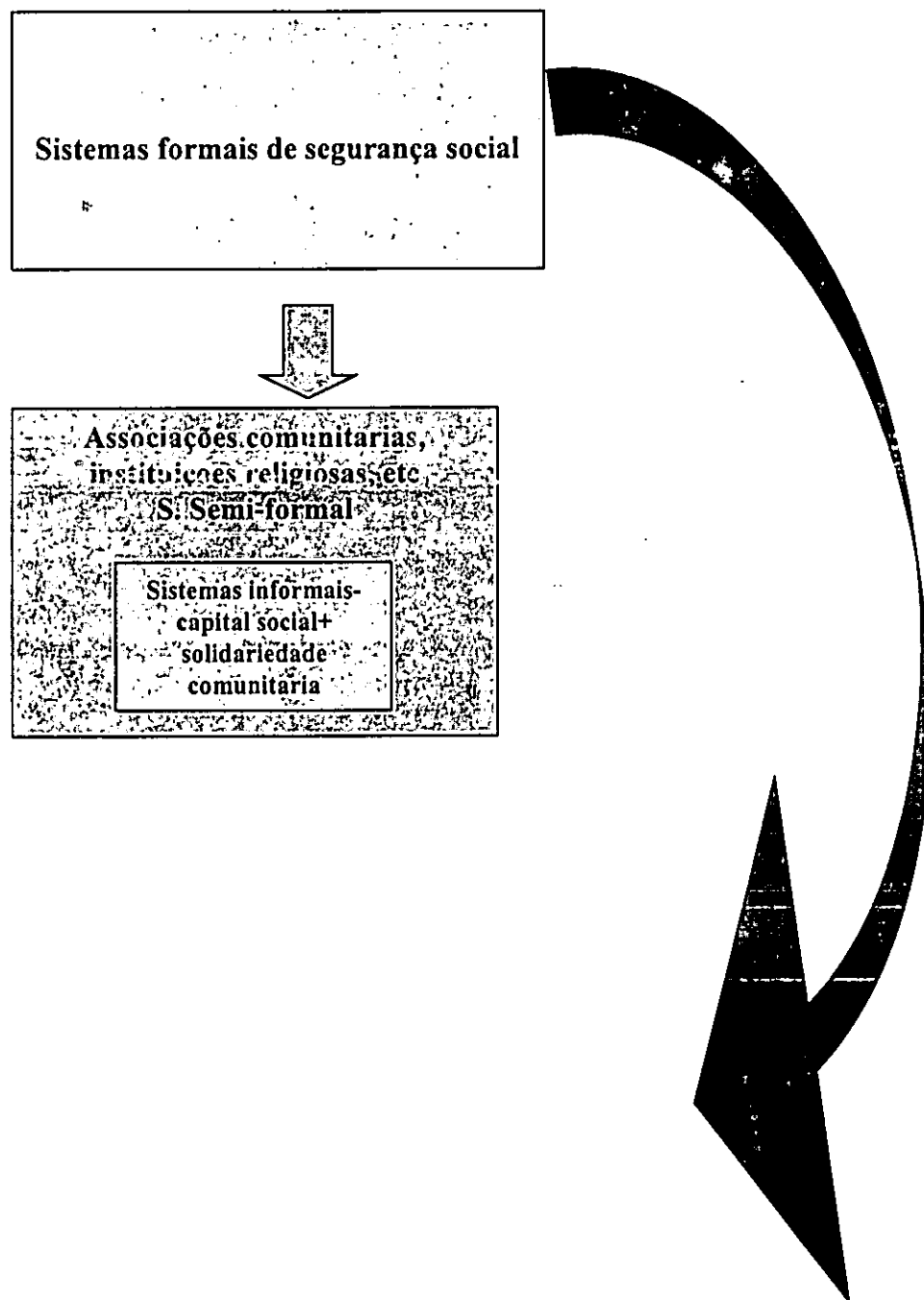
Estas práticas não são apenas privilégio dos membros da Associação Cooperativa Kocolino, mas também um elemento consequente do contexto em que estes se encontram inseridos, a comunidade de Munguine, que de acordo com as suas normas sociais, influencia directamente nas práticas sociais dentro e fora da associação.

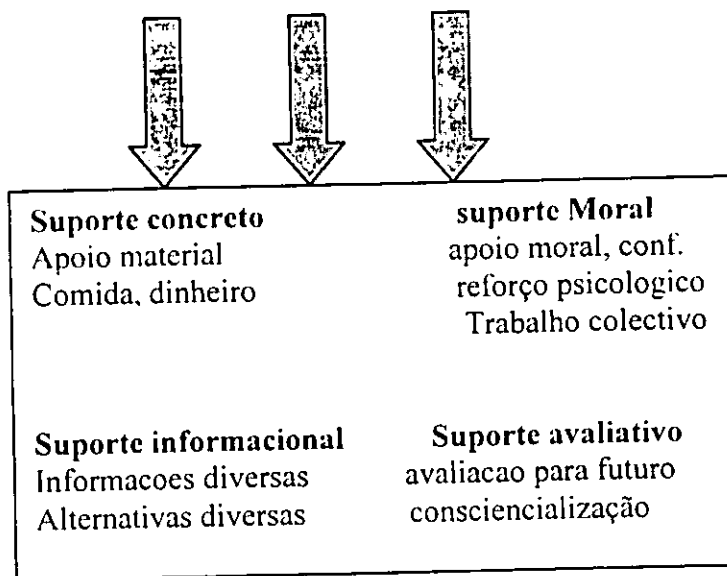
As fronteiras de relacionamento entre os membros da Associação cooperativa Kocolino e a comunidade local, são bastante fluídas, pois o sentimento de pertença á comunidade, e a força do capital social e da solidariedade comunitária influenciam directamente a dinâmica do modo de ser e estar dos membros da associação.

Neste sentido, a associação cooperativa Kocolino, apenas existe em termos formais, como instrumento mediador das relações económicas com outras organizações, mas em termos sociais, rege-se segundo princípios comunitariamente estabelecidos, tendo em conta os princípios da solidariedade comunitária e do capital social, no que diz respeito á segurança social.

4.5. Considerações finais

Da análise feita ao longo deste trabalho, notamos o facto de o modelo de análise adoptado não ser capaz de responder ás nossas inquietações previamente apresentadas. Nesta perspectiva, passamos a uma reformulação deste nos seguintes moldes:





Neste modelo, referenciamos o facto de existirem sistemas formais de segurança social, mas que na sua íntegra não tem uma relação profunda com as organizações e associações comunitária (como é o caso da Associação Cooperativa Kocolino de Munguine aqui estudada), mas tem um conjunto de acções com vista a garantir a segurança social de todos aqueles que se encontram devidamente inscritos em instituições, públicas ou privadas, e que façam contribuições para que a mesma se efective.

No entanto as associações e organizações locais têm este carácter formal de organização, mas devido a características internas de organização social, se regem segundo princípios associativos de base informal sustentados pelo capital social e pela solidariedade comunitária provenientes das comunidades em que se encontram instalados.

Sendo assim, a segurança social nestas organizações tem uma base comunitária que constitui uma fonte de suporte moral, material, de informação e

concerne á segurança social. As práticas de segurança social são mais informais do que formais.

Estas estratégias de segurança social, baseadas no capital social e na solidariedade comunitária, constituem um forte trunfo para as populações que se encontram á margem dos sistemas formais, pois conseguem garantir e oferecer assistência social básica para os seus membros.

12. Gregory, C.A., (ed.) (1982) *Gifts and Commodities*. New York: académic Press. USA.
13. Hanlon, Joseph ; (1997) *Paz se benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*, UEM, Imprensa universitária. Maputo
14. Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade(1991). *Metodologia Científica*. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas.
15. Loforte. A (1996), 'Género e poder entre os Tsonga de Moçambique'. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia. Lisboa, Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.
16. Lourenço-Lindell, Ilda(1988), 'Urban Vulnerability to hunger and social networks". *Associational Life in African Cities: Urban Governance in an Era of Change*. The Nordic Institute and Chr.Michelsen Institute, Bergen, Norway.
17. Luna, Jaime Martínez(2004) **Relações de solidariedade comunitária na periferia de Paraná**. <http://www.geocities.com/projetoperiferia>
18. MAE (1985) *Lei de Trabalho nº 8/85*, de 14 de Dezembro
19. MAE (1998) *Lei do Trabalho n.º8/98* de 20 de Julho.
20. Mauss, Marcel, (ed.) (1969) *The Gift: Forms and Functions of exchange in archaic Societies*. London, England: Cohen and West
21. Metteri, Anna & Haukka-Wacklin, Tuula (2004); "*Sosiaalinen tuki kuntoutuksen ytimessa.*" [Social support is the core of rehabilitation] in Karjalainen Vappu & Vilkkumaa, Ilpo (eds.); *Kuntoutus kanssamme. Ihmisen toimijuuden tukeminen.*[Rehabilitation with us. Supporting the agency of people]; Helsinki: Stakes, 53-68.
22. Mitchel, Clyde (1969), 'The concept and use of social networks', in: MITCHEL, Clyde (Org.), *Social Networks...*
23. Muthemba, Mateus José (1998). "*Cooperativas agrícolas em Moçambique no Pós-Independencia: O caso da cooperativa 25 de Setembro em Boane*". Maputo: Departamento de História da UEM(dissertação de licenciatura)
24. OIT (1998): "*Os Princípios da Segurança Social*"; Departamento de Cooperação Unidade do Autor: SEC/PDN, Genebra

25. OIT (2002); "*Segurança Social: Um novo consenço*"; Departamento de Cooperação- Ministério da Segurança Social e do trabalho de Portugal 1ª edição; Edição Portuguesa; Lisboa.
26. OIT (2002): "*Extensão da cobertura da segurança social*"; Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social- Sector da protecção Social; SEC/PDN. Genebra
27. Portes, A. (1998). *Social capital: Its origins and applications in modern sociology*. *Annual Review of Sociology*, 24, 1-24.
28. Quive, Samuel e Patricio, Gonçalves (2005). *Sistemas Informais de Segurança Social em Desenvolvimento*. Fundação Friedrich Ebert, Maputo.
29. Quivy, Raymond; Van Campenhoudt, Luc (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
30. Sozigwa, Neema Doreen (2005) *Social Security, Information Society Building and Development in Tanzania- Lessons from Finland*; Department of Sociology and Social Psychology; Pro Gradu- Tutkielma, Tampereen Yliopisto, Tampere Finland
31. Valá, Salim (2002). "*Associativismo agrícola e desenvolvimento local no Chóckwè (1975-2000)*". Maputo.
32. Valá, Salim Cripton (1998). "*Desenvolvimento Rural e a perspectiva de Género: Reflexões pertinentes*". In: Textos de apoio parte I : Políticas e Estratégias de desenvolvimento Rural. - Maputo: UFICS/ UEM.
33. Woolcock, M. (2000). "*The place of social capital in understanding social and economic outcomes*". Paper prepared for an international symposium on The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being. Quebec City, March 19-21, 2000.
34. Woolcock, M., & Narayan, D. (2000). "*Social capital: Implications for development theory*", research and policy. *World Bank Research Observer*, 15, 225-249.

4.8. Anexos

Guião de entrevista: Membros de direcção da Associação Cooperativa

Kocolino

Muito obrigado por ter acedido conceder-nos esta entrevista. Esta entrevista faz parte de um trabalho de pesquisa que estamos a fazer sobre as Estratégias de Segurança Social nas associações comunitárias e futuramente servirá como elemento de análise para a nossa tese em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Data _____ / _____ / 2005	Lugar _____
Nome de entrevistador _____	
Nome do entrevistado _____ sexo _____ idade _____	
Ocupação _____	Desde quando _____
Área de actividade da Associação Cooperativa _____	
Localização da Associação cooperativa _____	

Sobre a concepção da cooperativa

Como foi que surgiu a Associação?

Desde quando iniciaram as actividades da Cooperativa?

Tiveram alguma dificuldade para criar a cooperativa? Se sim, qual

Teve alguma dificuldade para assegurar o seguimento das actividades? Se sim, qual?

Qual é a legislação em vigor que uso para a criação da vossa cooperativa?

Nunca teve que alterar alguma coisa para se adequar a alguma alteração da legislação?

Quantos membros tem a cooperativa?

Capacidade de empregar

Quantos trabalhadores existem?

Que tipo de contracto a cooperativa tem com os trabalhadores? _____ Meses _____, anos _____

Quantas novas pessoas empregadas/ por ano?

Que dificuldades enfrentam em termos de contratação de pessoal para trabalhar?

Relações exteriores

Como é que fazem a vossas venda?

Quem são os vossos principais parceiros?

Existe alguma instituição internacional ou nacional que fornece algum tipo apoio? Se sim qual?

A vossa Cooperativa tem algum apoio do Estado? Se Sim qual é o sector que o apoia?

Sobre Segurança social

Já ouviu falar de: Segurança Social?

Onde e quais as instituições que estão ligadas a isso?

Qual é a sua opinião sobre isso? Qual é a vantagem disso?

E vocês participam nesse sistema de segurança social?

Se, não, como é que fazem para resolver os problemas que a realidade vos pode colocar? Como morte um colega, filho etc, ou mesmo doença prolongada, um acidente, etc.?

Como é a segurança social aqui na cooperativa?

Como é que são feitas as contribuições para a segurança social?

Quem são os beneficiários dessa segurança social?

Qual é o critério usado para a seleção dos beneficiários?

Que relação vocês estabelecem com a comunidade em termos de ajuda mútua?

Qual é a situação do capital financeiro da associação?

Tem algum comentário sobre o assunto da nossa entrevista ou outra coisa?

Muito obrigado pelo tempo que me concedeu. a informação que acaba de me dar é muito útil. Estamos bastante gratos por a ter partilhado connosco. Gostaria de voltar a garantir-lhe que a informação que acaba de nos dar é confidencial e só será usada para efeitos deste estudo.

Guião de entrevista para membros e trabalhadores da associação

cooperativa

Muito obrigado por ter acedido conceder-nos esta entrevista. Esta entrevista faz parte de um trabalho de pesquisa que estamos a fazer sobre as Estratégias de Segurança Social nas associações comunitárias e futuramente servirá como elemento de análise para a nossa tese em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Data _____/_____/2005 Lugar _____
Nome de entrevistador _____
Nome do entrevistado _____ sexo _____,
idade _____
Ocupação _____ Desde quando _____

Perguntas preliminares

A quanto tempo vive aqui?

Tem filhos? Quantos?

Como é que é feita a distribuição da produção aqui na associação?

Têm aqui algum fundo de apoio para situações difíceis?

Em que consiste?

Como são feitas as contribuições?

Já alguma vez experimentou uma situação difícil aqui? (ex. Morte de alguém aqui em casa, acidente, doença durante muito tempo, etc)

Como foi que resolveu a situação?

Que tipo de apoio obteve da Associação?

E da comunidade? (vizinhos, amigos, chefes do bairro, e outros)

Sobre a segurança social formal e estratégias informais

Já alguma vez ouviste falar de segurança social?

Onde e o que dizia que é?

Podes me dizer quais são as instituições que cuidam disso?

Quais são as vantagens de fazer parte nisso?

E vocês aqui na associação tem alguma coisa ligada a isso?

Então como é que vocês resolvem as situações difíceis da vida como a morte, a doença, quando fica velho e não consegue trabalhar, etc?

tem alguma coisa a comentar sobre outras formas de segurança social que vocês tem aqui?

Muito obrigado pelo tempo que me concedeu. a informação que acaba de me dar é muito útil. Estamos bastante gratos por a ter partilhado connosco. Gostaria de voltar a garantir-lhe que a informação que acaba de nos dar é confidencial e só será usada para efeitos deste estudo.

Guião de Entrevista aos membros da comunidade

Muito obrigado por ter accedido conceder-nos esta entrevista. Esta entrevista faz parte de um trabalho de pesquisa que estamos a fazer sobre as Estratégias de Segurança Social nas associações comunitárias e futuramente servirá como elemento de análise para a nossa tese em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Data _____/_____/2005	Lugar _____
Nome de entrevistador _____	
Nome do entrevistado _____ sexo _____	
idade _____	Ocupação _____ Desde quando _____

Perguntas preliminares

A quanto tempo vive aqui?

É casado? Quantos filhos tem?

Como é a relação com os seus vizinhos?

Que tipo de trabalho realiza?

A sua actividade tem alguns riscos? Quais são os mais comuns?

O que fazes para te protegeres ou para obter ajuda para suportar esses riscos em caso de um dia acontecer?

Sobre a segurança Social

Já alguma vez ouvie falar de segurança social?

Onde, de quem e o que diziam?

Qual é a tua opinião sobre isso?

Achas que seria bom voces também terem acesso a este sistema?

Sobre estratégias locais e relação com a associação cooperativa

Em caso de ter algum acidente, alguém morrer, ou ficar doente durante muito tempo, o que é que vocês como comunidade fazem?

Já alguma vez estiveste numa situação difícil? Que apoio obteve da Comunidade?

Estratégias de Segurança Social no sector cooperativo agro-pecuário: o caso da Associação Cooperativa agro-pecuária Kocolino de Munguine em Manhiça

E da associação cooperativa Kocolino?

Que tipo de ajuda a associação oferece?

Que tipo de relação a comunidade, e a associação tem? Se voces recebem ajuda da associação e se voces tambem ajudam am alguma coisa lá.

Como são as vossas relações aqui, entre vizinhos, amigos, e a comunidade no geral?

Qual tem sido a participação da comunidade em situações difíceis?

Qual é outra alternativa que tem para juntar dinheiro, ganhar dinheiro ou outra fonte de segurança para casos de emergência?

Tem alguma coisa a acrescentar?

Muito obrigado pelo tempo que me concedeu. a informação que acaba de me dar é muito útil. Estamos bastante gratos por a ter partilhado connosco. Gostaria de voltar a garantir-lhe que a informação que acaba de nos dar é confidencial e só será usada para efeitos deste estudo.